

Implemento

Praticar silvicultura é fazer “poupança verde”

Eduardo Pires Castanho Filho e Francisco Graziano Neto *



W. P. LIMA / USP ESALQ

Consórcio de pastagem com plantios florestais e mata ciliar; Guaíba, RS

Há mais de século, eram plantadas no Brasil as primeiras mudas de eucalipto, árvore originária da Austrália. Nascia a silvicultura brasileira. O pioneirismo coube a Navarro de Andrade que, em 1903, trouxe mudas da nova espécie para plantio em Rio Claro, SP. Com as espécies de pinheiro, o processo foi semelhante. Até 1965, a silvicultura nacional vivia sua fase inicial. Naquele ano, as estimativas

indicavam 400 mil hectares plantados com eucaliptos. A partir de 1966, o governo federal estabeleceu um forte programa de incentivos fiscais para o reflorestamento, permitindo uma rápida expansão na atividade. Em 20 anos, 3,23 milhões de hectares foram plantados nas Regiões Sul e Sudeste. Surgiram grandes empresas, interessadas principalmente na madeira como matéria-prima para a fabrica-

ção de papel, a partir da extração da celulose. Constituiu-se também a indústria de aglomerados, compensados e chapas de madeira, produtos utilizados pela indústria moveleira.

Encerrada em 1986, a política de incentivos fiscais foi uma fase de ouro para os plantios florestais. A silvicultura se diferenciou da agronomia, surgindo faculdades próprias voltadas ao saber florestal,

potencializando o conhecimento científico e a pesquisa tecnológica. Nos últimos 15 anos, o setor se consolidou por suas próprias pernas, investindo em capital, terras e tecnologia. Hoje existem quase 5,5 milhões de hectares ocupados com florestas plantadas, representando 7,7% da área total cultivada no Brasil.

Considerando todo o agronegócio de madeira, carvão, papel e celulose, o emprego no setor atinge 500 mil trabalhadores, incluindo 50 mil produtores rurais familiares, a maior parte dos quais participa dos programas de fomento florestal. Aqui, como se verá adiante, reside uma excelente oportunidade econômica para a agricultura nacional. O comércio internacional de produtos florestais atinge US\$ 290 bilhões/ano. O Brasil participa com apenas 1,5% desse grande negócio, que apresenta elevado potencial de crescimento. Entretanto, os estudos mostram que a expansão da área florestal não acompanha o ritmo de crescimento do consumo, principalmente com relação à madeira. Fala-se, até, exageradamente, em um “apagão florestal”. Com a oferta apertada, nada garante que o governo federal, por meio do Programa Nacional de

Florestas (PNF), resolva a equação. Os financiamentos subsidiados previstos, de R\$ 1,8 bilhão até 2007, mesmo se forem rigorosamente executados, ampliarão a área plantada em nosso país em 2 milhões de hectares, pouco em face aos desafios do setor.

FOMENTO FLORESTAL

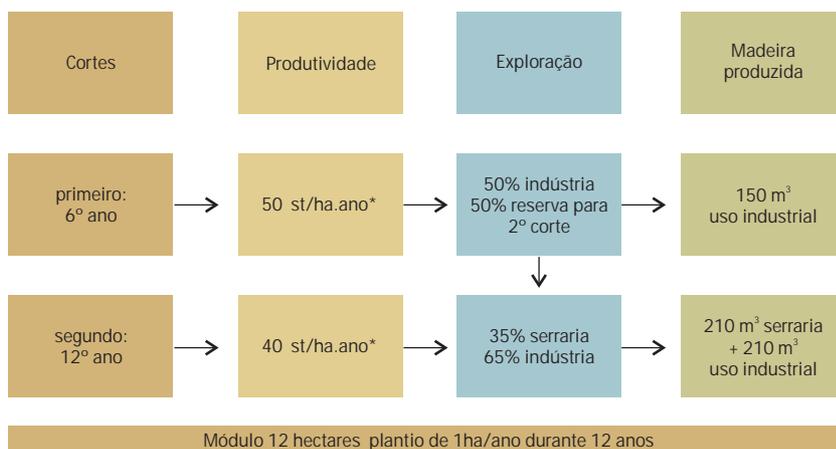
As análises econômicas e os cenários estudados indicam claramente a necessidade de maiores inversões na silvicultura, sob pena de faltar matéria-prima para as atividades transformadoras de madeira. Além da expansão própria dos plantios empresariais, promovidos especialmente pelo setor de celulose e papel, que ampliam suas unidades industriais visando ao mercado externo, o fomento florestal surge como grande alternativa para incluir milhares de pequenos produtores rurais nos benefícios florestais. O fluxo de renda contínuo e elevado proporcionado pelas florestas plantadas poderá garantir uma espécie de “poupança verde” para o campo brasileiro.

Há enorme potencial para a expansão do plantio, a partir das parcerias florestais, sistemas que já vêm sendo utilizados

pelas empresas do setor de celulose e papel com sucesso. Dessa forma, a silvicultura vem abrindo espaços para o uso sustentável do solo, configurando uma atividade ecologicamente adequada, socialmente justa e economicamente viável. Na moderna agropecuária, além da conservação e uso correto do solo, da água e da manutenção da flora e fauna, é fundamental que a produção esteja adaptada às condições locais e, preferivelmente, diversificada. Esses são princípios básicos da sustentabilidade. Há que se seguir também os requisitos da qualidade: produzir com o máximo aproveitamento dos recursos e dos insumos, sem desperdícios, reciclando, poupando energia e matérias-primas, aproveitando subprodutos, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

O primeiro passo para se estabelecer o arranjo produtivo da propriedade rural e sua adequação agrônômica e ambiental é classificar suas terras, em função da capacidade de uso. A partir daí, estabelece-se um mosaico de possibilidades produtivas, com uma gradação entre os tipos de propriedade, desde as preponderantemente agrícolas até as inteiramente dedicadas à preservação. Em quase todas elas, deve existir um gradiente de uso do solo que permita a exploração florestal sustentável. Nas parcerias florestais, as variedades plantadas destinam-se preponderantemente ao mercado da celulose e do papel, haja vista que as empresas desse setor são pioneiras no fomento da atividade. Parte da madeira, porém, pode-se destinar a outros ramos da indústria processadora, mormente móveis, serrarias ou carvão. Sempre será possível também a exploração da resina e do mel. Propriedades melhor localizadas começam a oferecer serviços ambientais e apoio ao turismo ecológico. Enfim, o mercado para as florestas plantadas é muito promissor, com a vantagem de permitir o planejamento de longo prazo para a atividade agrícola.

TABELA 1. EUCALIPTO PARA INDÚSTRIA E SERRARIA



Obs: (*) st = estéreo = metro cúbico de madeira empilhada no campo, forma em que os preços são efetivados.

TABELA 2. COMPARATIVO ENTRE ALTERNATIVAS COM E SEM ALUGUEL DE TERRAS (EM REAIS)

COM ALUGUEL DA TERRA			SEM ALUGUEL DA TERRA		
	1 ha	12 ha		1 ha	12 ha
Despesas no ciclo	8.175,00	98.100,00	Despesas no ciclo	5.835,00	70.020,00
Receitas no ciclo	18.900,00	226.800,00	Receitas no ciclo	18.900,00	226.800,00
VPL	917,00	6.869,00	VPL	970,00	6.484,00
Taxa alternativa % a.a	10%		Taxa alternativa % a.a	13%	
TIR	13,8%		TIR	18,4%	
Risco limite ¹	21% de redução na receita		Risco limite ¹	20% de redução na receita	

(1) Foram incluídos o imposto sobre a renda e uma análise de risco (sensibilidade).

Obs.: Cálculos realizados em colaboração com o Eng. florestal Marcelo Ambrogi.

GERAÇÃO DE RENDA

As florestas plantadas poderão se tornar uma espécie de poupança, tal qual uma previdência privada. É o que se pretende ilustrar agora, utilizando como exemplo a rentabilidade esperada com o cultivo de eucalipto, em condições apropriadas, no Estado de São Paulo. Acompanhe o esquema de investimento pela Tabela I. Na formulação proposta existirão, ao final do ciclo, doze parcelas de um hectare cada, perfazendo 12 hectares (5 alqueires paulistas), que configuram um “módulo de investimento”. O rendimento estimado com o plantio em terras próprias é de 13% a.a. e, pagando-se o aluguel ou parceria na base de 25% do valor da produção, a rentabilidade fica em 10% a.a., ambas perfeitamente competitivas com outras aplicações existentes no mercado.

O desembolso total acumulado, somando-se o custeio e o investimento, atinge cerca de R\$ 24 mil, em doze anos, uma média de R\$ 2 mil/ano. A partir do 12º ano, a receita bruta se estabiliza ao redor de R\$ 16 mil/ano. Descontando-se os custos, a renda líquida se aproxima de R\$ 12 mil/ano, representando R\$ 1 mil/ha.ano. O mais relevante é que, à semelhança de uma poupança, esse rendimento se realizará indefinidamente, conferindo a esse investimento uma característica de “fundo de previdência”. Essa renda permite

uma programação por parte do investidor, que aplicaria em tantos módulos quantos fossem necessários para atingir sua expectativa de ganho futuro. Por exemplo, no caso de almejar uma renda futura de R\$ 3.000,00/mês, o aplicador investiria em três módulos, e assim por diante.

A título de comparação, observa-se que um PGBL (modalidade de previdência privada) exige um investimento R\$ 11,6 mil no ano, ou seja, cerca de quatro vezes mais que a poupança florestal, para fornecer uma renda mensal de R\$ 1.000,00/mês, após 12 anos de contribuição. Além disso, no PGBL, a segurança do investidor está em um papel, uma letra financeira. Já na poupança florestal, o investidor, no caso o pequeno agricultor, pode ver e acompanhar a formação da sua reserva de capital, composta por árvores frondosas.

A Tabela 2 mostra um resumo das conclusões encontradas, após a análise financeira do esquema proposto. Conforme se pode observar, as duas modalidades são viáveis porque possuem Valores Presentes Líquidos (VPL) positivos e Taxas Internas de Retorno (TIR) acima do esperado. As despesas são maiores na alternativa de aluguel da terra, mas, ao se avaliar o valor agregado indicado pelo VPL, fica definido que, a longo prazo, considerando o programa de doze hectares, essa alternativa é mais eficiente do que

quando se é proprietário. Esse resultado é basicamente influenciado pela taxa de 13% a.a. da alternativa sem aluguel da terra.

Foi feita também uma estimativa de quanto se poderia eventualmente perder de receita, e, ainda assim, o projeto não seria deficitário. A conclusão foi de que, para perdas acima de 20%, o projeto teria VPL negativo. Trata-se do risco da poupança florestal. É claro que o inverso é verdadeiro, ou seja, para aumentos de receita (aumentos da produtividade, redução de custos ou aumentos de preço), os resultados serão mais favoráveis. A análise econômica e financeira realizada comprova o que a prática da moderna silvicultura indica: os programas de fomento florestal são excelentes alternativas de renda para os pequenos e médios agricultores. Mais que garantia de receita, os plantios florestais, se bem planejados, são uma espécie de “poupança verde” para os agricultores familiares, trazendo-lhes garantia em relação ao seu futuro. 

***Eduardo Pires Castanho Filho** é pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA), (castanho@apta.sp.gov.br); **Francisco Graziano Neto** é engenheiro agrônomo e deputado federal (xico@xicograziano.com.br).